

JOSÉ LEBRE DE FREITAS

A AÇÃO DECLARATIVA COMUM

À LUZ DO CÓDIGO
DE PROCESSO CIVIL
DE 2013

.....

5.^A EDIÇÃO

 GESTLEGAL

ÍNDICE

Prefácio à 5. ^a edição	5
Prefácio à 4. ^a edição	7
Prefácio à 3. ^a edição	9
Prefácio à 2. ^a edição	13
Prefácio à 1. ^a edição	15
Abreviaturas	17
1. AÇÃO E PROCESSO	19
2. FORMAS DE PROCESSO	23
2.1. Processo comum e processo especial	23
2.2. Alçada do tribunal	31
2.3. Valor da causa	33
2.4. Regime subsidiário	35
3. FASES DO PROCESSO COMUM	37
4. OS ARTICULADOS	41
4.1. Conteúdo	41
4.2. Forma	42
4.3. Data	44
4.4. Espécies.....	44
5. PETIÇÃO INICIAL.....	47
5.1. Conteúdo e forma	47
5.1.1. Pedido	47
5.1.2. Fundamentação do pedido.....	52
5.1.3. Elementos complementares	56

•	
5.2. Vícios da petição inicial	58
5.2.1. Ineptidão	58
5.2.2. Vício de forma	62
5.2.3. Erro na forma de processo	64
5.3. Atos subsequentes.....	66
5.3.1. Distribuição.....	66
5.3.2. Despacho liminar.....	68
5.3.3. Registo da ação.....	71
6. CITAÇÃO.....	77
6.1. Finalidade, conteúdo e formalidades gerais.....	77
6.2. Modalidades.....	79
6.2.1. Enunciação.....	79
6.2.2. Citação por via postal.....	80
6.2.3. Citação por agente de execução ou funcionário judicial.....	82
6.2.4. Citação edital.....	83
6.2.5. Citação promovida por mandatário judicial	84
6.2.6. Citação no estrangeiro.....	85
6.3. Oficiosidade e intervenção do juiz	86
6.4. Espécies.....	87
6.5. Efeitos	90
6.6. Nulidades e falsidade do ato de citação.....	94
6.6.1. Falta e nulidade.....	94
6.6.2. Regimes da falta e da nulidade	96
6.6.3. Falsidade	100
7. CONTESTAÇÃO	105
7.1. Prazo	105
7.2. Ônus da contestação e revelia	107
7.2.1. Noção.....	107
7.2.2. Regime-regra da revelia	107
7.2.3. Exceções.....	110
7.2.4. Tramitação subsequente à revelia	113
7.3. Conteúdo e forma	115
7.3.1. Sentido material e sentido formal da contestação.....	115

ÍNDICE

•

7.3.2. Modalidades de defesa.....	117
7.4. Impugnação dos factos	122
7.4.1. Conceito.....	122
7.4.2. Cominação	126
7.5. Exceção	129
7.5.1. Classificação.....	129
7.5.2. Exceção dilatória.....	131
7.5.3. Exceção perentória	138
7.5.4. Exceção propriamente dita e objeção.....	145
7.5.5. Função	147
7.6. Contestação da ação de simples apreciação negativa	147
7.7. Reconvenção.....	148
7.7.1. Em geral.....	148
7.7.2. A compensação.....	151
7.8. Notificação da contestação.....	161
8. RÉPLICA	163
8.1. Funções	163
8.2. Prazo.....	168
8.3. Revelia do reconvinco	168
8.4. Notificação da réplica	169
9. ARTICULADOS SUPERVENIENTES	171
9.1. Espécies	171
9.2. A garantia do direito ao contraditório	172
9.3. O completamento de articulados deficientes	174
9.3.1. Quando tem lugar	174
9.3.2. Regime	176
9.4. Os factos supervenientes.....	177
9.4.1. Quando são admissíveis	177
9.4.2. Regime	179
9.5. Outras peças supervenientes.....	180
10. A CONDENSAÇÃO	181

•

•	
11. DESPACHO PRÉ-SANEADOR	187
11.1. Função.....	187
11.2. Sanação da falta de pressupostos processuais.....	190
11.3. Correção das irregularidades dos articulados	192
11.3.1. Falta de requisitos formais.....	192
11.3.2. Falta de documento essencial.....	194
11.3.3. Regime	197
11.4. Junção de documento para imediata decisão	199
12. AUDIÊNCIA PRÉVIA	203
12.1. Designação.....	203
12.2. Finalidades	204
12.3. Objeto complementar	212
13. DESPACHO SANEADOR E DESPACHO DO ARTIGO 596.....	215
13.1. Despacho saneador	215
13.1.1. Função.....	215
13.1.2. Conhecimento das exceções dilatórias.....	216
13.1.3. Conhecimento de nulidades processuais	218
13.1.4. Conhecimento de mérito	219
13.1.5. Valor do despacho saneador	225
13.2. Despacho do artigo 596	225
13.2.1. A seleção dos factos no CPC de 1961	225
13.2.2. Matéria de facto e matéria de direito.....	232
13.2.3. Identificação do objeto do litígio e enunciação dos temas da prova.....	234
13.3. Preparação das fases seguintes	238
14. A INSTRUÇÃO.....	241
14.1. Noção de prova.....	241
14.1.1. Aceções.....	241
14.1.2. Fonte de prova e fator probatório	241
14.1.3. A prova como resultado	245

ÍNDICE

•

14.2. Objeto da prova.....	246
14.3. Ónus da prova	248
14.3.1. Articulação com o ónus da alegação	248
14.3.2. Alcance.....	252
14.4. Valor dos meios de prova	253
14.5. Direito probatório material e direito probatório formal	256
14.5.1. Natureza material do meio de prova.....	256
14.5.2. Procedimento probatório	258
14.5.3. Registo da prova	262
14.5.4. Valor extraprocessual da prova.....	264
14.6. Elenco dos meios de prova	267
15. PROVA DOCUMENTAL.....	271
15.1. Conceito e classificação dos documentos	271
15.1.1. Conceito	271
15.1.2. Classificação.....	274
15.2. Documentos escritos.....	274
15.2.1. Documentos autênticos	274
15.2.2. Documentos particulares.....	281
15.2.3. Documentos eletrônicos.....	287
15.2.4. Cópias	290
15.3. Documentos não escritos.....	295
15.4. Proposição e admissão da prova documental.....	296
15.5. Legalização do documento passado em país estrangeiro	299
16. PROVA POR CONFISSÃO	301
16.1. Conceito e modalidades.....	301
16.1.1. Conceito	301
16.1.2. Modalidades.....	304
16.2. Confissão com força probatória plena	308
16.2.1. Requisitos.....	308
16.2.2. Irretratabilidade.....	313

•

16.2.3. Impugnabilidade	314
16.2.4. Indivisibilidade.....	321
16.3. Confissão com força de prova livre.....	323
16.4. Produção da confissão judicial	325
16.5. As declarações de parte	327
17. PROVA TESTEMUNHAL	329
17.1. Admissibilidade e direito de escusa.....	329
17.1.1. Admissibilidade.....	329
17.1.2. Direito de escusa	334
17.2. Valor probatório	335
17.3. Procedimento probatório	336
17.3.1. Proposição e admissão.....	336
17.3.2. Produção.....	341
18. PROVA PERICIAL	345
18.1. Função	345
18.2. O perito	346
18.3. Procedimento probatório.....	348
18.3.1. Proposição e admissão	348
18.3.2. Produção	349
18.4. Valor probatório	350
19. MEIOS DE PROVA DE ÂMBITO PROCESSUAL	351
19.1. Inspeção judicial	351
19.2. Outras provas	353
20. DISCUSSÃO	357
20.1. Audiência final.....	357
20.1.1. Conteúdo.....	357
20.1.2. O tribunal	359
20.1.3. Factos a apurar na audiência	360

ÍNDICE

•

20.1.4. Procedimento	362
20.2. Discussão	364
21. SENTENÇA	367
21.1. Conteúdo.....	367
21.1.1. Julgamento da matéria de facto	367
21.1.2. Julgamento de direito.....	371
21.2. Estrutura.....	377
21.3. Vícios	381
21.3.1. Elenco.....	381
21.3.2. Nulidades.....	384
21.3.3. Anulabilidade.....	386
21.3.4. Retificação	392
21.3.5. Reforma.....	392
21.4. Efeitos	393
21.4.1. Enunciação	393
21.4.2. Esgotamento do poder jurisdicional	394
21.4.3. Exequibilidade.....	395
21.4.4. Hipoteca judicial.....	395
21.4.5. Efeitos laterais de direito material	396
21.5. Registo.....	396
22. PROCESSOS ESPECIAIS PARA LITÍGIOS DE MASSA.....	399
22.1. Os processos do DL 269/98	399
22.1.1. Origens.....	399
22.1.2. Disposições comuns	401
22.1.3. O processo especial de ação declarativa do DL 269/98	404
22.1.4. O processo de injunção.....	409
22.2. Os procedimentos do direito comunitário	414
22.2.1. Aspectos comuns	414
22.2.2. Título executivo europeu.....	417

•

•

22.2.3. Procedimento europeu de injunção	418
22.3. Processo europeu para ações de pequeno montante	420
Bibliografia	423
Índice	427

•



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt